

ENSINO FUNDAMENTAL DE NOVE ANOS E A QUESTÃO DA ALFABETIZAÇÃO. UM ESTUDO EM OITO MUNICÍPIOS DA REGIÃO SUL DO RIO GRANDE DO SUL ELIANE PERES DOUTORA EM EDUCAÇÃO PROFESSORA DA FAE/UFPEL APOIO FINAN

ELIANE TERESINHA PERES (UFPEL).

Resumo

Desde 2006 o grupo de pesquisa HISALES (História da Alfabetização, Leitura, Escrita e dos Livros Escolares, FaE/UFPeI), vem desenvolvendo a investigação "Implantação do Ensino Fundamental de Nove Anos em municípios da Região Sul do Rio Grande do Sul" (Bagé, Capão do Leão, Jaguarão, Pelotas, Piratini, Rio Grande, Santa Vitória do Palmar, São Lourenço do Sul). Esta pesquisa passou a contar com apoio financeiro do CNPq em 2008. Os procedimentos metodológicos da investigação consistem em: 1) coleta e análise de documentos oficiais e escolares; 2) realização de entrevistas semi-estruturadas; 3) observação em sala de aula; 4) acompanhamento e registro de reuniões, cursos e encontros promovidas pelas SMEs e/ou pelas escolas escolhidas para a observação. O objetivo geral da pesquisa é desenvolver uma ampla investigação sobre a implantação do ensino fundamental de nove anos com a inserção das crianças de seis anos de idade, comparando a política adotada em oito municípios da Região Sul do Rio Grande do Sul e suas propostas pedagógicas. Como objetivos específicos propomos: a) fomentar o debate em torno das questões do ensino fundamental, da alfabetização, do letramento, da infância, da educação infantil, etc; b) contribuir na avaliação e no planejamento de novas políticas de alfabetização da infância; c) discutir propostas curriculares para o 1º ano do ensino fundamental de nove anos; d) debater a relação entre ensino fundamental e a educação infantil; e) avaliar os impactos da nova política do ensino fundamental no cotidiano escolar; f) analisar as posições de pais, professores e alunos em relação à mudança proposta e sua efetivação. Nesta comunicação tecemos considerações em torno da questão da alfabetização no 1º ano do ensino fundamental de nove anos a partir dos dados coletados na pesquisa, que indicam para uma pluralidade de práticas de alfabetização e letramento.

Palavras-chave:

ensino fundamental de nove anos, crianças, alfabetização.

Apoio financeiro: CNPq

Introdução

Desde 2006 o grupo de pesquisa HISALES (História da Alfabetização, Leitura, Escrita e dos Livros Escolares, FaE/UFPeI/CNPq), vem desenvolvendo a investigação "Implantação do Ensino Fundamental de Nove Anos em municípios da Região Sul do Rio Grande do Sul" (Bagé, Capão do Leão, Jaguarão, Pelotas, Piratini, Rio Grande, Santa Vitória do Palmar, São Lourenço do Sul). Esta pesquisa passou a contar com apoio financeiro do CNPq em 2008. O objetivo geral é desenvolver uma ampla investigação sobre a implantação do ensino fundamental de nove anos com a inserção das crianças de seis anos de idade, comparando a política adotada em oito municípios da Região Sul do Rio Grande do Sul. Como objetivos específicos propomos: a) fomentar o debate em torno das questões do ensino fundamental, da alfabetização, do letramento, da infância, da educação infantil, etc; b) contribuir na avaliação e no planejamento de novas políticas de alfabetização da infância; c)

discutir propostas curriculares para o 1º ano do ensino fundamental de nove anos; d) debater a relação entre ensino fundamental e a educação infantil; e) avaliar os impactos da nova política do ensino fundamental no cotidiano escolar.

Os procedimentos metodológicos adotados consistem em: 1) coleta e análise de documentos oficiais e escolares; 2) realização de entrevistas semi-estruturadas; 3) observação em sala de aula; 4) acompanhamento e registro de reuniões, cursos e encontros promovidas pelas SMEs e/ou pelas escolas escolhidas para a observação

Neste trabalho apresentamos o desenvolvimento da pesquisa e tecemos algumas considerações em torno da questão da alfabetização no 1º ano do ensino fundamental de nove anos a partir dos dados coletados na pesquisa, que indicam para uma pluralidade de práticas de alfabetização e letramento[1].

É preciso lembrar que em 2006, foi aprovada no Brasil a lei federal nº 11.274, de 06 de fevereiro de 2006, alterou "a redação dos artigos 29, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, dispendo sobre a duração de 9 (nove) anos para o Ensino Fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade". O artigo 3º da lei de 2006 prevê que: "O art. 32 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 32. O ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão" (...)

Conforme o artigo 5º da lei 11.274, "os Municípios, os Estados e o Distrito Federal terão prazo até 2010 para implementar a obrigatoriedade para o Ensino Fundamental de nove anos (...)".

Um dos principais objetivos da investigação que desenvolvemos é tratar o ensino fundamental de nove anos, com o ingresso das crianças de seis anos de idade na escola, como um objeto de pesquisa amplo e complexo que merece, nesse *momento crítico* da sua implementação, uma análise política, sociológica e pedagógica (SANTOS e VIERA, 2006).

A pesquisa é desenvolvida em oito municípios da Região Sul do Rio Grande do Sul, escolhidos pela vinculação profissional das diferentes pesquisadoras envolvidas no trabalho[2]. Esses municípios são: Bagé, Capão do Leão, Jaguarão, Pelotas, Piratini, Rio Grande, Santa Vitória do Palmar, São Lourenço do Sul.

• 1. **Locus da pesquisa e desenvolvimento do trabalho de campo**

Apresentamos, ainda que brevemente, algumas das características de cada município pesquisado: Capão do Leão tinha em 2006, uma população estimada de 27.283 habitantes (<http://www.ibge.gov.br>). O município possui uma extensão territorial de 785 Km². Na área educacional, de acordo com os dados da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, em 2006, o município do Capão do Leão possuía

11 escolas, sendo 07 na zona urbana e 04 na zona rural. O número de matrículas foi de aproximadamente 3.500 alunos (SMEC, 2006).

A cidade de Bagé localiza-se a 60 km da fronteira do Uruguai, limite com a cidade de Aceguá. Situa-se na campanha e tem uma economia fortemente agropastoril. Segundo o IBGE, em 2006, sua população era de 122.461 habitantes e a sua extensão territorial é de 4.096 Km² (<http://www.ibge.gov.br/>). A rede de ensino municipal de Bagé possuiu 57 escolas, sendo 51 na zona urbana e 06 na zona rural, multisseriadas. O número de matrículas no ano de 2006 foi de 12.291 alunos;

O município de Jaguarão está situado na parte mais meridional do Brasil. A cidade faz fronteira com a cidade Uruguai de Rio Branco sendo, portanto, zona de livre comércio. Sua população, segundo o IBGE, em 2007, era de 27.944 habitantes. A economia do município é baseada na pecuária, agricultura e tem um comércio diversificado (<http://www.jaguarao.com.br/prefeitura/municipio.htm>). Sua extensão territorial é de 2.054 km². A rede municipal de Jaguarão teve, em 2006, segundo dados do IBGE, uma matrícula no Ensino Fundamental de 2.380 alunos em 14 escolas, sendo 7 na zona urbana e 7 na zona rural (SME, 2007).

O município de Pelotas está situado às margens do Canal São Gonçalo, que liga as Lagoas dos Patos e Mirim, as maiores do Brasil. A população de Pelotas é estimada em 323.034 habitantes (http://www.pelotas.com.br/cidade_dados/pelotas_dados.htm). Pelos dados do IBGE em 2006 havia, no município, 67 escolas municipais de ensino fundamental com matrícula de 22.539 alunos de um total de 50.467 (<http://www.ibge.gov.br/>).

A população do município de Piratini, conforme dados do IBGE, está estimada em 20.714 habitantes, distribuídos em uma área de 3.561 km² (<http://www.ibge.gov.br/>). A cidade tem 217 anos e foi a primeira capital da República Rio-Grandense (Revolução Farroupilha, 1835-1845). Existem no Município 12 escolas municipais de ensino fundamental. Dentre as escolas municipais, 11 escolas estão localizadas na zona rural e apenas 01 na zona urbana.

Rio Grande situa-se ao leste-sul do Rio Grande do Sul, e sua área territorial é de 2.814 Km². Sua população estimada, em 2006, era de 196.982 habitantes. Em relação à educação em 2005 havia na rede municipal, 41 escolas de ensino pré-escolar com 2.765 matrículas e 52 escolas de ensino fundamental com 14.943 matrículas.

Em Santa Vitória do Palmar a população total era, em 2007, de **31.180** habitantes, de acordo com o IBGE. Sua área territorial é de **5.244,18 km²** (<http://www.santavitoria.rs.gov.br/portal1/municipio>). A rede municipal de educação conta com 14 escolas, sendo 7 localizadas na zona rural e 7 na zona urbana.

O município de São Lourenço do Sul está localizado à margem oeste da Laguna dos Patos e, em razão disso, possui uma atividade turística bastante intensa. Sua população foi estimada pelo IBGE, em 2006, em um total de 45.483 habitantes (<http://www.ibge.gov.br/>). Sua área é de 2.036 km² e a agricultura figura como uma das principais atividades (<http://www.saolourenco.net/site/index.php>). A rede municipal de ensino possui 53 escolas, sendo 06 urbanas, 04 pólos e 43 multisseriadas rurais.

Na pesquisa há três municípios de porte médio, sendo dois deles com mais de cem mil habitantes (Bagé e Rio Grande) e o caso de Pelotas com mais de trezentos mil moradores, contando, portanto, com uma rede pública municipal de ensino

relativamente grande, mais de cinquenta escolas; cinco municípios pequenos que têm entre vinte mil e pouco mais de quarenta mil habitantes, com uma rede de ensino municipal relativamente pequena, exceção feita para a cidade de São Lourenço do Sul que possuiu 53 escolas rivalizando com municípios maiores como Rio Grande e Bagé. Nesse contexto, bastante diferenciado, é que temos desenvolvido a pesquisa. Vale ressaltar que a exceção de Pelotas todos os outros sete municípios implantaram o ensino fundamental de nove anos em 2006. Pelotas desenvolve, desde 2008, um projeto piloto na rede municipal de ensino que abrange inicialmente cinco escolas da rede.

No desenvolvimento da investigação coletamos e estamos em fase de análise de aproximadamente cem documentos oficiais e escolares, desde decretos até materiais pedagógicos usados em sala de aula.

Em relação às entrevistas realizamos até o momento 66, envolvendo 60 pessoas, sendo 20 gestores de Secretarias Municipais de Educação, 09 gestores escolares, 03 representantes de Conselhos Municipais de Educação e 28 professores e professoras.

No que diz respeito às observação em sala de aula, em 2008-2009, 11 escolas foram envolvidas na pesquisa (indicadas pelas Secretarias Municipais de Educação), totalizando 20 turmas, prioritariamente classes de 1º ano (16 turmas), mas também turmas de 2º ano (04 turmas, na continuidade, de um ano para outro, a pedido das próprias professoras ou considerando o interesse da pesquisadora). No conjunto, essas observações somaram 78 até junho de 2009, que variaram de uma a quatro horas (período integral da aula, da entrada à saída dos alunos) cada uma, totalizando 192 horas em sala de aula. Em cada observação a pesquisadora responsável faz uma minuciosa descrição do desenvolvimento da aula, bem como uma tabela com o registro das atividades observadas que denominamos de: atividades gerais (jogos, brincadeiras, rotinas, etc), atividades de linguagem (oralidade, leitura e escrita), de matemática, de estudos sociais, de ciências. Essas tabelas têm o objetivo de "mapear" as principais ações desenvolvidas em sala de aula. Essas atividades estão sendo registradas, pois nosso entendimento é o de que:

(...) a perspectiva social considera o processo de alfabetização não apenas como aquisição de habilidades cognitivas, mas como um meio de demonstrar o conhecimento. A alfabetização envolve um complexo de processos sociocognitivos que fazem parte da produção e da compreensão de textos e do discurso dentro de contextos interacionais que, por sua vez, influenciam como esses produtos serão valorizados. (COOK-GUMPERZ, 2008, p. 16).

Considerando os dados levantados nessas observações é que tecemos algumas considerações em torno da alfabetização no contexto dos 1ºs anos observados. Vale frisar que nossa investigação acompanha apenas escolas da rede municipal de ensino, uma vez que um de nossos objetivos é justamente comparar as diferentes projetos político-pedagógicos e as ações desenvolvidas no âmbito dos municípios. Os oito municípios têm adotado perspectivas diferentes na construção de suas propostas, como era de se esperar na efetivação de uma política educacional mais ampla como essa da ampliação do ensino fundamental de oito para nove anos. Essas diferenças se expressam nas classes de 1º ano que observamos.

• 2. As "alfabetizações" nas salas de aula observadas

Apresentamos aqui três tipos de "alfabetizações" que se revelaram nas 16 turmas de 1º ano observadas nos oito municípios pesquisados. Para fins de exposição e na ausência de uma formulação mais elaborada nesse momento as denominamos de *alfabetização vinculada a programa*, *alfabetização 'fechada'*, *alfabetização 'aberta'*.

A primeira - *alfabetização vinculada a programa* - refere-se aos três programas adotados desde 2007 pela Secretaria de Estado da Educação do Rio Grande do Sul (SEDUC), que, com base nas alterações propostas pela lei 11.274, de 2006, elaborou e está executando um projeto de alfabetização de crianças com seis anos de idade com o objetivo de realizar experiências pilotos.

O referido projeto indica que "trata-se de três programas de intervenção pedagógica com foco na alfabetização, com vistas à construção do padrão de alfabetização a ser alcançado pelos alunos do primeiro ano do ensino fundamental de nove anos, mediante a definição da correspondente matriz de competência e habilidades cognitivas no período de fevereiro a dezembro de 2007" (Projeto Piloto para Alfabetização de crianças com seis anos, SEDUC/RS, 2007). Com esse objetivo foram contratadas quatro instituições que realizam trabalhos na alfabetização e na avaliação educacional, a saber: 1) Instituto Ayrton Senna, de São Paulo, que desenvolve programa de gerenciamento da aprendizagem nos primeiros anos do ensino fundamental, denominado *Circuito Campeão*, que promove ações de gestão do ensino e da aprendizagem, mediante sistemática de acompanhamento e análise de resultados para a tomada de decisões. 2) Grupo de Estudos sobre Educação, Metodologia de Pesquisa e Ação - GEEMPA, com sede em Porto Alegre, que desenvolve um programa de alfabetização com bases teóricas do pós-construtivismo (psicogênese da alfabetização e interação social nas aprendizagens). 3) Instituto Alfa e Beto, com sede em Belo Horizonte, que desenvolve um programa para a alfabetização de crianças de 6 e 7 anos, com base no método fônico. Por fim, (4) a Fundação CESGRANRIO, do Rio de Janeiro, que é responsável pelo cadastramento dos alunos, aplicação do teste de prontidão para a alfabetização, do teste da avaliação somativa e apresentação de resultados de desempenho e de movimentação escolar (Projeto Piloto, SEDUC/RS, 2007). O custo total desse projeto piloto gira em torno de R\$ 1.609.150,00 divididos entre o GEEMPA, o Alfa e Beto, o Instituto Ayrton Senna e a Fundação CESGRANRIO (Projeto Piloto da SEDUC/RS, 2007).

Além da implantação desses programas na rede estadual de ensino do Rio Grande do Sul, as Secretarias Municipais foram chamadas a aderir ao projeto. É a situação de um dos municípios em que realizamos a pesquisa. Nesse caso, a adesão da SME foi ao GEEMPA. Portanto, nas classes observadas nesse município, tanto em 2008 quando em agora, em 2009, há o desenvolvimento da proposta geempiana de alfabetização, que:

Em termos teórico-conceituais (...) está situada na confluência das obras de Jean Piaget, Henri Wallon, L. S. Vygotski, Sara Pain, Emilia Ferreiro e Paulo Freire, entre outros, lidos a partir da sala de aula, do lugar do professor e de seu compromisso com a efetiva aprendizagem de seus alunos.

(<http://www.geempa.org.br/html/instituicao/metodologia/metodologia.htm>)

Na sala de aula observada, as atividades propostas pela professora são previamente orientadas (há formação das professoras para o uso da proposta geempiana) e bastante específicas (em relação as outras turmas observadas nos demais municípios) como, por exemplo, a formação dos grupos áulicos (grupos formados pelos alunos através de um sistema de votação), a leitura e exploração das histórias dos livros do próprio GEEMPA (Dinomir - o Gigante; Elefantinho no Poço; Choco encontra uma mamãe; etc), leitura do glossário, entre outras. Na perspectiva do GEEMPA é preciso que a professora "aprenda a construir provocações para seus alunos, e que englobam letras, palavras e textos, em se tratando de seu processo de aquisição da leitura e da escrita" (<http://www.geempa.org.br/html/instituicao/metodologia/metodologia.htm>).

A segunda perspectiva que encontramos na pesquisa denominamos de "*alfabetização fechada*". Algumas das características do trabalho pedagógico desenvolvido nesses casos são: a pouca interação entre as crianças e a entre elas e a professora, a ausência de um trabalho mais efetivo com a oralidade, uma perspectiva mecânica e repetitiva no ensino da leitura e da escrita, revelando uma concepção de que ler é decodificar e escrever é copiar, além de uma relação fortemente hierarquizada da professora com as crianças, indicando relações de poder mais intensas.

Em especial em uma das 16 classes observadas em 2008-2009 essa perspectiva está mais saliente. Nesse caso, o método utilizado é o silábico (trabalho sistemático com as famílias silábicas), e as atividades propostas às crianças praticamente não variam: encher linhas, copiar sílabas e palavras, ligar letras, separar sílabas, ou seja, a "tradição" do "método silábico" na sua forma mais difundida (copiar a palavra chave, encher linhas das "famílias silábicas", formas palavras com as sílabas trabalhadas - CV -, copiar frases "acartilhadas").

Os "textos" propostos pela professora, nesse caso, são do tipo: "O boi baba. O boi é do bebê. O bebê e o boi." (Observação 4, Município B, Escola A, Turma 1). Como explica Bronckart (2007), os métodos tradicionais de alfabetização têm a representação de que os estudantes têm um cérebro vazio que necessita ser preenchido progressivamente.

Observamos, também nessa situação, que é despendido um tempo significativo em uma mesma atividade (em média 30 minutos para copiar sílabas, "colar" bolinhas de papel crepom em uma vogal - atividade considera "lúdica" -, pintar letras, etc, atividades desenvolvidas sempre com a exigência de silêncio absoluto), o que, via de regra, dispersa e desestimula as crianças que parecem pouco interessadas nas atividades.

Sobre as opções dos professores na organização do seu trabalho pedagógico, e, portanto, sobre os modelos de ensino e aprendizagem subjacentes a elas, Prat i Pla (2001) explica que cada professor segue a um modelo pedagógico, lingüístico e metodológico que orienta as suas ações e suas escolhas. Assim, na mais simples tarefa de preparar uma leitura, de escolher uma atividade de escrita, "está implícita uma maneira de entender o ensino-aprendizagem da leitura e da escrita" (PRAT i PLA, 2001, p. 101).

É preciso salientar, ainda, que a referida sala de aula observada que apresenta uma perspectiva "*fechada*" de alfabetização, é muito silenciosa, há pouca interação e uma forte hierarquização, na qual as crianças pouco falam e a professora é bastante rígida com os alunos. Praticamente não há espaço para brincadeiras (sequer recreio as crianças tem, com a justificativa da violência da escola). Em

algumas situações as tensões aparecem, como no caso do dia 30/04/2009, quando realizávamos a terceira observação. As crianças assim se manifestaram:

C1 - Professora a gente quer brincar. A gente tá cansado de só ficar na sala de aula, sentados. Deixa a gente brincar um pouco?

P - Peçam para a professora que dá aula de Educação Física para vocês!

C2 - Mas ela nunca vem e quando vem ela faz outra coisa...

P -E o que eu posso fazer se no pátio tem um grande formigueiro ou se tem problemas que nos impede de usá-lo? (Observação 3, Município B, Escola A, Turma 1).

Entre outras coisas, é preciso lembrar que a proposta da ampliação da escola fundamental para nove anos, com a antecipação da matrícula obrigatória das crianças prevê o respeito à infância e ao brincar como aspectos fundantes dessa proposta (MEC, 2004, 2006). Como indica o documento do MEC de 2004 "o cuidado na seqüência do processo de desenvolvimento e aprendizagem das crianças de seis anos de idade implica o conhecimento e a atenção às suas características etárias, sociais e psicológicas" (p. 17).

A terceira perspectiva, que chamamos de "*alfabetização aberta*", revela-se em muitas classes observadas. Nesses casos, há uma forte interação entre as crianças e entre elas e a professora, um trabalho sistemático com a oralidade, especialmente na relação com o ensino da leitura e da escrita (mas também com a matemática e com as outras áreas do conhecimento), bem como um trabalho cotidiano e efetivo de identificação, análise, comparação, reflexão das unidades lingüísticas (letras, palavras, frases, textos). São propostas às crianças várias atividades que possibilitam a construção e análise de textos, frases e palavras, nesse último caso, em especial a contagem do número de letras, a identificação da letra inicial e final das palavras, a comparação de letras, palavras e frases, etc. Questões do tipo: O que tem em comum entre essas palavras?, Com que letra elas iniciam?, Tem algum nome na sala que inicia com essa letra?, Que outras palavras iniciam com essa letra?, O que mais tem em comum entre elas?, Com que letra termina a palavra?, entre outras, fazem parte dos diálogos cotidianos das professoras com as crianças em diferentes momentos e situações da aula.

Além dessas variadas atividades em diversos momentos, pelo menos mais três situações de rotina revelam-se espaços de exploração da relação entre oralidade-leitura-escrita: 1) a cópia da data e do cabeçalho (data, nome, escola, etc.), escrito no quadro pela professora e reproduzido pelos alunos no caderno (e que envolve perguntas do tipo: Que dia é hoje?, Qual o seu nome?, Com que letra começa?, O nome de quem mais começa com essa letra?, Com que letra termina?, Quantas letras há?, etc; 2) o quadro de tempo (que desencadeia um diálogo diário que envolve perguntas do tipo: Que dia do mês é hoje?, Que dia da semana?, Que dia foi ontem?, E amanhã, qual será?, Como está o tempo hoje?, Como estava ontem?, etc); 3) a chamada dos alunos, via de regra feita através de cartões com os nomes escritos (os diálogos que se estabelecem são intensos e as questões são diversas: comparar nomes, semelhanças e diferenças, quantidade de letras, número de alunos presentes e ausentes, etc).

Esse conjunto de dados levantados até o presente momento da investigação requer uma apurada e aprofundada análise. Por ora, nos limites desse texto, nossa

possibilidade é apenas indicar as várias e diferentes realidades que vigoram, pelo menos desde 2006 para o caso do Rio Grande do Sul, sob uma aparente homogeneidade: o 1º ano do ensino fundamental de nove anos. Não podemos ter a ilusão de que ao se falar na alfabetização na escola de nove anos estaremos necessariamente falando de uma mesma ou única realidade.

Considerações Finais

Cada município pesquisado está em processo de implantação do ensino fundamental de nove anos a partir de suas próprias condições sócio-históricas, seus limites, suas possibilidades e vontades políticas dos órgãos gestores. Percebemos, contudo, na pesquisa, a ausência ou a fragilidade, em alguns casos, do debate mais amplo e mais sistemático de algumas questões de fundo que estão associadas à implantação do ensino fundamental de nove anos.

Em relação à alfabetização e ao trabalho nas classes de 1º ano, interesse maior nesse momento da pesquisa, podemos apontar para uma pluralidade de concepções e práticas vigentes nas salas de aulas.

Nosso intuito não é o de avaliar cada uma das diferentes realidades encontradas (*alfabetização vinculada a programa, fechada e aberta*), mas explicitá-las no desejo de que os dados possam abrir um amplo debate sobre as mudanças ou permanências que a implantação do ensino fundamental de nove anos trouxe à educação brasileira, em especial ao campo da alfabetização. Ao que tudo indica muito da situação anterior à implantação dessa nova política ainda se mantém em se tratando da alfabetização, ou seja, um ensino da leitura e da escrita ainda restrito, mecânico, repetitivo, baseado em uma concepção de que ler é decodificar e escrever é copiar.

Se isso acontece por um lado, por outro temos que reconhecer, também, que há uma "nova cultura de alfabetização" em processo no cotidiano de algumas escolas. Entre outras coisas, ela esta baseada em uma relação intrínseca entre oralidade, leitura e escrita.

Sobre a "*alfabetização vinculada a programa*", essa pesquisa ainda tem pouco a dizer: é preciso uma análise mais apurada e comparativa dos diferentes programas e seus impactos no ensino da leitura e da escrita. Nesse sentido, o Rio Grande do Sul ainda está em compasso de espera para ver os resultados desse investimento.

Referências

BRASIL. LEI Nº 11.274, DE 6 DE FEVEREIRO DE 06/02/2006.

BRONCKART, Jean- Paul. Desarrollo del lenguaje y didáctica de las lenguas. Buenos Aires: Miño y D'ávila, 2007.

COOK-GUMPERZ, Jenny e colaboradores. A construção social da alfabetização. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

IBGE. <http://www.ibge.gov.br/cidade%20-%20Acessado21.02.2008>.

MEC. Secretaria de Educação Básica - Ensino Fundamental de Nove Anos: orientações gerais. Brasília, 2004.

MEC. Secretaria de Educação Básica - + um é fundamental. Brasília, 2006.

PRAT i PLA. Ángels. Reflexões sobre o modelo de ensino-aprendizagem da leitura e da escrita. In.: PÉREZ, Francisco Carvajal, e GARCIA, Joaquín Ramos (et.alli). Ensinar ou aprender a ler e a escrever? Porto Alegre: Artmed, 2001.

SANTOS, Lucíola Licínio de Castro Paixão e VIEIRA, Livia Maria Fraga. "Agora seu filho entra mais cedo na escola": a criança de seis anos no Ensino Fundamental de nove anos em Minas Gerais. *Educação e Sociedade*, Campinas, Vol. 27, N. 96 - Especial, P. 775-796, Out. 2006. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Projeto piloto para alfabetização de crianças com seis anos de idade. Porto Alegre, 2007.

SMEC. Bagé. Decreto Municipal nº 057/06, Ensino Fundamental de nove anos, 2006.

SMEC. Capão do Leão. Decreto Municipal 020/06, Ensino Fundamental de nove anos, 2006.

SMEC. Piratini. Decreto Municipal nº 233/05, Ensino Fundamental de nove anos, 2005.

SMECD. São Lourenço do Sul. Decreto Municipal 2.694/05, Ensino Fundamental de nove anos, 2005.

SOARES, Magda. Letramento: um tema em três gêneros. 2ª ed. Belo Horizonte, Autêntica. 2006.

[1] "Resultado da ação de ensinar ou de aprender a ler e escrever: o estado ou a condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como consequência de ter-se apropriado da escrita" (Soares, 2006, p. 18).

[2] A pesquisa é coordenada por mim e desenvolvida pelas seguintes pesquisadoras e auxiliares: 1) Capão do Leão, professora Patrícia Daniela Maciel e acadêmica Mara Denise Dietrich; 2) Bagé, professora Regina Quintanilha de Azevedo e acadêmica Janete Souza de Luiz (URCAMP); 3) Jaguarão; acadêmica Priscila de Souza Aguiar (PET/Educação) e mestranda Darlise Nunes Ferreira; 4) Pelotas, acadêmicas Natália Bom da Silva (PET/Educação) e Geisa dos Santos Gueterres (PET/Educação); 5) Piratini, mestranda Darlene Rosa da Silva; 6) Rio Grande, doutoranda Gabriela Nogueira Medeiros e acadêmica Caroline Braga Michel; 7) Santa Vitória do Palmar, acadêmica Mônica Maciel Vahl; 8) São Lourenço do Sul, acadêmicas Sylvia Tavares Barum (PIBIC/CNPq) e Eliane Eckert (PET/Educação).